

## RESEÑAS

### **VARIOS AUTORES (2014). *La política exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*, Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 520 páginas**

Desde sua fundação, em 1988, o *Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario* (CERIR) desenvolve intensa atividade acadêmica multidisciplinar na área de relações internacionais, em particular sobre o tema da política exterior argentina. Em 1994, é criado o *Programa de Seguimiento de la Política Exterior Argentina* que, no mesmo ano, publica o primeiro volume coletivo referente aos resultados das pesquisas de seus membros, docentes da *Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario* e pesquisadores e bolsistas do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET).

A publicação, em 2014, do volume VI aqui resenhado, comprova o sucesso daquela iniciativa que foi renovada e atualizada. Nele participam não só membros do CERIR, mas também autores convidados, o que reforça o apreço por um enfoque abrangente e sempre preocupado em oferecer uma visão autônoma, conservando-se independente de filiações políticas e ideológicas.

O volume VI, intitulado *La Política exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*, é composto por dezoito trabalhos estruturados em três eixos principais: 1) questões teóricas; 2) questões econômico-financeiras; 3) questões político-diplomáticas do relacionamento da Argentina com diferentes países, regiões e organismos internacionais –este eixo congrega a maioria dos capítulos do livro.

O tema das Malvinas, único presente em todos os volumes anteriores da coleção, com trabalhos sempre assinados pelo saudoso Alfredo Bruno Bologna, complementa o volume, mas desta vez acrescentado com um texto de autoria de Ariel Tcach.

Infelizmente, optou-se por organizar os capítulos utilizando o critério de ordem alfabética dos nomes dos autores. Uma sistematização agrupada por eixos temáticos permitiria uma melhor dinâmica de leitura, tornando a estrutura do livro mais sólida e fluente. A presente resenha será ordenada dessa maneira.

#### **Eixo teórico**

As questões teóricas são abordadas em dois capítulos. Alejandro Simonoff, no capítulo 16, trata das “Interpretaciones sobre la política exterior desde el segundo gobierno kirchnerista (2007-2013)”. O autor define claramente que sua posição teórica é a “pugiana o autonómica clásica” que é, segundo ele, compartilhada por alguns dos outros autores que participam do livro (Bruno Bologna, Myriam Colacrai e Gladys Lechini). Ou seja, o grupo se posiciona como herdeiro da tradição latino-americanista de Juan Carlos Puig, acrescido das releituras inovadoras dos anos oitenta (o “posautonomismo” de Myriam Colacrai e o “realismo sistémico estructural” de Luis Dallanegra Pedraza), e crítico das abordagens “escudeana o neoconservadora” e “neoliberal o relacionista”.

Atualmente, a “escuela sócio histórica” convergiria, em certo sentido, com o grupo “pugiano”, a partir de sua proposta de autonomia renovada e de sua crítica à excessiva influência anglo-saxã nas abordagens neoconservadora e neoliberal. Segundo Alejandro Simonoff, os herdeiros de Puig e a escola sócio-histórica: “podrían estar reconfigurando un polo al interior del campo disciplinar que abriría nuevas perspectivas de análisis en el marco de una autonomía renovada, o posautonomía” (p. 438).

Simonoff, após sintetizar a explicação que cada uma dessas diferentes abordagens deu aos efeitos da crise de 2001 na política exterior argentina, centra-se no governo de Cristina Fernández. Após breve análise, o autor chega à conclusão de que vários foram os paradigmas utilizados nesse período: “aislacionista (Andrés Cisneros y Carlos Pérez Llana), provisoria (Russell y Tokatlíán), aunque este último como Miranda le reconocen sesgos neoliberales; autonomía clásica (Bologna y Simonoff); autonomista regional (Rapoport), y de continuidad del Realismo Periférico (Escudé)” (p. 447).

Entretanto, constata Simonoff sobre o período: “no hemos llegado aún a respuestas definitivas”. Após esta conclusão lapidar, podemos imaginar algumas das dificuldades teóricas que os autores da compilação tiveram que enfrentar para analisar o tema proposto.

O segundo texto teórico é o capítulo 9, “La urgência del Pueblo. Notas sobre la propuesta teórico-política de Ernesto Laclau”, de autoria de Emilio Lo Valvo. O autor parte do pressuposto de que os Estados-Nações – e não só eles – estão sendo seriamente desafiados pela globalização, devendo ser repensados a partir de um questionamento dos saberes modernos, em particular da teoria política. Nesse sentido, a obra de Ernesto Laclau, segundo Lo Valvo, é essencial para explicar, a partir de uma ótica pós-marxista e pós-moderna, esta nova fase definida como “capitalismo desorganizado”.

O livro *La razón populista* de Laclau servirá de base para analisar o populismo não como algo perigoso, mas inscrito no discurso que articula precariamente a totalidade/objetividade social. O autor, talvez por estar ainda desenvolvendo suas pesquisas doutorais sobre as figuras da subjetividade política propostas por Laclau – M. Hard e A. Negri – não deixa claro sua contribuição teórica para o tema do livro, se limitando a fazer considerações nem sempre muito claras.

### **Eixo econômico-financeiro**

As questões financeiras são tratadas por José Fernández Alonso no capítulo 7: “Política económica exterior argentina. Consideraciones sobre la problemática de la inserción financiera internacional (2009-2014)”. O autor analisa, a partir dos discursos e ações governamentais, a nova conjuntura que vive o país após 2009, quando o recurso ao financiamento doméstico, única saída encontrada após a marginalização do país dos mercados financeiros internacionais logo da reestruturação da dívida concretada no início de 2005, encontra seus limites por causa da crise externa e da queda do valor das *commodities*.

Muitas das interrogações do autor sobre a questão da dívida residual, apesar da aceitação global de 92,5% dos credores, serão respondidas posteriormente, com a chegada ao poder de Mauricio Macri que, com apoio parlamentar, firmou um acordo com os chamados “fundos abutres”, endividando o país em cerca de 12 bilhões de dólares nos mercados internacionais para pagá-los.

### **Eixo político-diplomático**

No terceiro eixo, que abrange as questões específicas do relacionamento da Argentina com diferentes países, regiões e organismos internacionais, verificam-se nove capítulos dedicados a analisar relações interestatais. Destas, quatro dizem respeito a Estados do continente americano e cinco fora dele.

Dessa forma, Anabella Busso trata, no capítulo 2, da relação bilateral com os Estados Unidos. A autora descreve a relação entre os dois países como cíclica e de baixa intensidade, alternando entre fases de crise e de recomposição, sem jamais chegar à ruptura. As razões domésticas de ambos, explicadas de forma detalhada, são consideradas como determinantes dessa relação pendular.

Natalia Ceppi, no capítulo 4, aborda a intensificação da relação com a Bolívia, focando nos temas do comércio energético – o “combustible” da relação –, a questão migratória–

atualmente os bolivianos são o segundo maior grupo de imigrantes residentes na Argentina –, a cooperação técnica e a assinatura de acordos na área judicial e educativa.

No capítulo 5 Miryan Colacrai trata da relação com o Chile de Piñera que, em sua opinião, “pudo haber sido mejor”. Além da análise dos canais tradicionais de política externa, a autora inclui as dimensões das relações transgovernamentais e aquelas entre províncias e regiões. De acordo com Colacrai, a densidade nesses dois âmbitos entre a Argentina e o Chile tem se apresentado com mais vigor do que entre o restante da região latino-americana.

María Elena Lorenzini, no capítulo 10, trata das relações estabelecidas com a Venezuela, que “se han convertido en una de las áreas prioritarias de ambas agendas externas”. A autora destaca o papel das ideias na política, uma vez que argumenta que a convergência entre Buenos Aires e Caracas decorre não apenas de uma complementaridade de interesses tangíveis, mas, igualmente, do compartilhamento de convicções e princípios comuns.

Fora do continente americano, quatro são os países estudados. O capítulo 11, escrito por Sol Mora, trata das relações bilaterais com o Japão. Dotado de um balizamento cronológico mais abrangente (2006-2014), a autora realiza uma interessante análise que inclui como variáveis a crise financeira internacional (2008) e o tsunami seguido da catástrofe nuclear japonesa (2011). Dessa forma, Sol visa a traçar um quadro que permita compreender as oscilações na aproximação entre os dois países, tanto na esfera político-diplomática, como na econômico-comercial.

Carla Oliva, no capítulo 12, realiza uma abordagem multidimensional nas relações com a China, o que inclui as dimensões político-diplomática, econômico-comercial, cultural e multilateral. No entanto, antes de analisar os temas supracitados, a autora, muito convenientemente, contextualiza a ascensão da China como potência econômica, incluindo o confucionismo como recurso de política externa.

No capítulo 14, Martin Quiroz aborda o fenômeno da intensificação das relações entre a Argentina e a Turquia, tendo como base a política turca delineada no “Plano de Ação para a América Latina e o Caribe”. A contribuição de Quiroz preenche uma lacuna, haja vista que a Turquia – a despeito de sua importância geopolítica –, não é um objeto de pesquisa muito recorrente no meio acadêmico sul-americano.

Finalmente, o capítulo 6, escrito por María Belén Elías, traz à tona as relações entre Argentina e Índia, destacando os condicionantes que impulsionaram a aproximação entre ambos. O texto percorre desde as características gerais da Índia até os resultados práticos, traduzidos em visitas oficiais, desenvolvimento do comércio e da agenda econômica bilateral, assim como a assinatura de acordos entre Buenos Aires e Nova Deli.

Dois textos se ocupam de regiões. O capítulo 13, de Rubén Paredes Rodríguez, propõe a analisar os “giros” da política externa argentina em relação a três cenários inseridos no Oriente Médio. O primeiro giro é o reconhecimento do Estado Palestino. O segundo trata da transição de uma posição neutra para uma postura crítica à intervenção ocidental em países que passavam pela “Primavera Árabe”. O terceiro giro seria em relação ao Irã, por conta de pressões internas e externas para avançar no esclarecimento dos atentados.

O capítulo 8, de Gladys Lechini e Carla Morasso, apresenta as relações da Argentina com a África, continente que ressurge “como actor relevante en la escena internacional” graças à uma combinação de fatores que inclui: abundância de recursos naturais, uma nova – e relativa – estabilidade democrática, crescimento das economias subsaarianas e a emergência dos BRICS. Dessa forma, manifestam-se novos interesses por parte da Argentina, que por sua vez desdobram-se em novas iniciativas diplomáticas para com os países do continente.

No que concerne às relações com instituições intergovernamentais, o livro apresenta três textos. No capítulo 3: “Unión Europea-Argentina (2009-2014). Una relación en tiempos difíciles”, Marta Cabeza e Roberto Falcón elencam os “momentos difíciles”, que incluem o caso YPF/Repsol, as demandas argentinas e europeias ante o Centro Internacional para Arbitragem

de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e as divergências no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No capítulo 15, “Los partidos políticos argentinos y el MERCOSUR. Las bases político-partidarias de la integración regional (1991-2011)”, Hugo Daniel Ramos visa a delinear os posicionamentos dos principais partidos políticos argentinos – o Partido Justicialista e a União Cívica Radical – ante o Mercosul, enfatizando as continuidades e rupturas ocorridas a partir da ascensão do projeto político capitaneado por Néstor Kirchner, em 2003.

Laura Vilosio, no capítulo 18, intitulado “MERCOSUR 2007-2013: un cambio de paradigma”, é traçado objetivando explicar a dualidade vivenciada pelo bloco. Por um lado, poucos esforços são feitos para aperfeiçoar a união aduaneira, ao passo que emergem iniciativas interessantes, tais como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Parlamento do MERCOSUL e outros órgãos destinados para o tratamento de questões sociais. A autora argumenta que se trata de um processo de mudança de paradigma, uma vez que o MERCOSUL parece deslocar o objetivo do mercado comum para um segundo plano, enquanto agendas envolvendo a redução das assimetrias, o desenvolvimento produtivo e matérias sociais ganham destaque.

Quanto ao já citado tema das Malvinas, há o capítulo 1, de Alfredo Bruno Bologna, “Malvinas: una política activa frente al Reino Unido y la Comunidad Internacional”, cujo objetivo é apresentar as mudanças dos últimos anos do governo de Cristina Fernández, enfatizando tanto a dimensão interna como a externa – neste ponto, destaca-se a postura ativa da Presidenta em foros internacionais, especialmente as Nações Unidas.

No capítulo 17, intitulado “CELAC: su conformación y la solidaridad regional en torno a la cuestión de las islas Malvinas”, Ariel Tcach aborda a genealogia da CELAC e o papel da organização no apoio à Argentina sobre a questão das Malvinas, valendo-se para tanto de uma sólida base documental que inclui declarações, comunicados e discursos presidenciais.

## Conclusão

Pode-se dizer que este volume é de grande relevância para aqueles que desejam compreender a política exterior da Argentina durante o governo de Cristina Fernández. Esse fato se deve tanto no que tange à variedade de temas como na qualidade geral dos textos apresentados.

A ausência de um capítulo voltado para as relações com o Brasil é uma lacuna que chama atenção nesta obra. No entanto, esse problema é devidamente contrabalançado pela presença de temas menos convencionais, como as relações com a Turquia, o Japão e o Oriente Médio.

Valendo-se de um equilíbrio quase perfeito entre linguagem acessível e rigor acadêmico, o público-leitor tem à sua disposição mais uma excelente publicação do CERIR.

**Hugo Rogelio Suppo** é professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ) e **Leandro Gavião** é doutorando em História Política pela UERJ. Ambos são coordenadores do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA). Site: [www.neiba.com.br](http://www.neiba.com.br)